

CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE ACAMPADOS NO SUB-TERRITÓRIO CAMACAN

Carlos dos Santos Viana¹

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Géssica Lima Santos²

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Marcelino P. dos Santos³

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Jussara Moreira⁴

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a perspectiva do desenvolvimento social presente no processo de ocupação da terra. Tal investigação nasceu das contradições das políticas públicas entre o atendimento das perspectivas do capitalismo através do agronegócio e o subsídio da agricultura familiar no perímetro do Litoral Sul da Bahia, tendo em vista o processo de reestruturação da produção rural em um acampamento no município de Pau Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento metodológico as entrevistas e as análises dos discursos, por entender que essa é uma ferramenta de investigação que traz a compreensão sobre a realidade. Como resultado, cabe revelar que através do discurso dos sujeitos foi possível verificar que, a ação estatal de reestruturação econômica da Região, ao priorizar o agronegócio, falhou por não fortalecer as atividades agrícolas oriundas da agricultura familiar, contribuindo, em certa medida, para o êxodo rural.

Palavras-Chave: Identidade. Território Sul. Inclusão Social.

Introdução

Ao verificar os avanços das políticas públicas, dentre as quais destacamos as três linhas educacionais, a saber: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) - (Ministério do Desenvolvimento Agrário); o Programa de Apoio à Formação

¹ VIANA, C. S. I. Diretor Administrativo do ECOBAHIA - Instituto Baiano de Desenvolvimento Ambiental e Sócio Produtivo, Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Estudante da Especialização de Educação do Campo da UESC, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação (GEPED) e da Teia dos Povos; (kakaecobahia@gmail.com);

² SANTOS, GÉSSICA L. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Psicopedagogia, IBEC, Estudante da Especialização de Educação do Campo da UESC (gessical@hotmail.com);

³ SANTOS, M. P. Pedagogo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Psicologia Social - UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, Especialista em Ensino de Ciências e Matemática - UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, Especializando em Educação do Campo - UESC; (marcelino_psantos@hotmail.com).

⁴ MOREIRA, Jussara. Doutora em Ciências Sociais - área de concentração em Sociologia-, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora de Políticas Públicas e Legislação da Educação do Departamento de Ciências da Educação (DCIE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); (jussamoreira@oi.com.br).

Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO); e, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) - (Ministério da Educação), percebemos que essas políticas não ocorreram em detrimento da vontade governamental, mas nasceram das mobilizações e organizações dos movimentos sociais. Ou seja, esses foram programas educacionais obtidos a partir da resistência dos camponeses, sobretudo dos movimentos sociais do campo em sua luta para a reforma agrária e contra o mercado capitalista. Lógico que essa resistência não foi recebida e ou acolhida fora dos conflitos sociais, como mostra Caldart (2009), não dá para negar as tensões e contradições que sempre existiram quando se trata da distribuição e posse da terra.

Nesse mesmo contexto, trazemos como objeto de estudo as contradições existentes, a partir do processo de acampamento e disputa pela terra. Assim, cabe registrar uma descrição do macro espaço onde foi feita a investigação empírica aqui relatada. Trata-se da Região denominada por cacauieira, que nos últimos anos, como mostra as nossas investigações junto ao Grupo de Estudo e Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação (GEPEMDEC) em colaboração com o Instituto Baiano de Desenvolvimento Ambiental e Sócio Produtivo (ECOBÁHIA) e a Teia dos Povos, passou por um processo de remodelação produtiva e econômica, resultante da crise advinda da lavoura do cacau. Surgiu então, a necessidade da remarcação do espaço levando em consideração os aspectos em torno dos solos, relevos, tipos de cultivos, modos de cultivo, escoamento da produção, características das cidades, demandas sociocultural e econômica. Foi dentro dos aspectos acima relacionados que constituiu o Território Litoral Sul (TLS) da Bahia.

O TLS se configura como um território de identidade, cuja ação estatal estratégica e ampla, tem por finalidade remodelar a economia na região, revisando propostas de empreendimentos urbanocêntricos, para atender as demandas do comércio, indústria e serviços das atividades agrícolas. Cria dessa maneira, mecanismos de atendimento aos pequenos produtores e a agricultura familiar, mas o interesse está vinculado, sobretudo, em propiciar as demandas oriundas do agronegócio.

Atender as demandas de exportações internacionais vinculadas ao agronegócio e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de desenvolvimento dos pequenos agricultores, especificamente da agricultura familiar, torna-se um pleito governamental quase impossível, haja vista, essa ir de encontro aos princípios que subsidiam aquela. Esse fato posto pelos nossos entrevistados, origina ao nosso olhar como hipótese que: se a meta da política pública do Estado Brasileiro constitui em uma contradição, entre o atendimento das perspectivas do

capitalismo através do agronegócio e o subsídio da agricultura familiar, então, no lugar de manter as famílias do campo, acaba contribuindo para o aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, o sucateamento do próprio desenvolvimento da atividade laboral do campo.

Diante dessa suposição, apresentamos que, como forma de resistência identificada nessa Região, percebe-se “uma reinvenção da vida no tempo-espaco presente” (FREITAS; SAMPAIO; GERMANI, 2017, p. 10). A partir dessa definição temos por objetivo geral, analisar a perspectiva de desenvolvimento presente no processo de ocupação da terra pelos movimentos sociais. Intenção essa, onde cabe afirmar que o papel dos assentamentos se torna importante, devido a condição *sine qua non* da forma de reeducação do sujeito do campo, cuja direção se opõe a opressão, exclusão, exploração do homem e do trabalho imposto pela visão ultra liberalista da economia.

Nesse sentido, considerando como principais categorias a relação de poder, a contradição do capitalismo, o território e a ideia do desenvolvimento regional através da produção do campo, nesses quesitos temos como leitura os aportes teóricos de Foucault (1996, 2008), Tragtenberg (1985), Saquet (2009), Madeiros (2009), Perico (2009) Germani (2006), dentre outros autores.

Assim, a presente investigação tem como base a abordagem qualitativa e dentro dessa, como instrumento metodológico, trazemos as entrevistas e a análise do discurso. Orlandi (2005) nos mostra que, para além da fala, o discurso é formado pelo corpo e por tudo aquilo que está ao seu redor e o conduz a se expressar. Não obstante, Foucault (1996), afirma a presunção e objetivo do discurso como meio da manutenção do poder. Por conseguinte, no contexto neoliberal (do desenvolvimento econômico) a ordem do discurso está associada ao neocolonialismo e a concentração das riquezas nas mãos de poucos detentores do poder.

Esse caminho crítico nos possibilitou enquanto pesquisadores, apreciar no campo empírico o que já havia sido conhecido teoricamente sobre o assunto. Com isso queremos pontuar que essa pesquisa buscou analisar a partir das contribuições científicas as vozes dos grupos de famílias assentadas. Ou seja, realizamos a coleta de dados com um grupo de famílias acampadas na Fazenda Estrela Dalva, localizada na Estrada da Cascata, Jacareci, km 02, no município de Pau Brasil, Bahia.

Sendo posto e com a finalidade de expor essa proposta, ao qual foi desenvolvida dentro de um processo de ocupação e conquista da terra, trazemos a seguinte estrutura textual: Primeiro, elaboramos um breve recorte sobre os principais desafios, potencialidades,

vulnerabilidade e empecilhos encontrados no processo de conquista da terra. Para tanto, em seguida, efetuamos um debate sobre o sentido do Território de Identidade Litoral Sul; a perspectiva do desenvolvimento para a inclusão social sob o ponto de vista dos acampados; e, finalmente, apresentamos as nossas considerações sobre os aspectos mencionados.

Usos e Sentidos do Território de Identidade Litoral Sul

Segundo Saquet (2009), a ideia de território vai além da compreensão das paisagens, pois a inclui, mas também traz a forma, os meios de produção e sobretudo, a correlação de poder resultante das contradições existentes dentro do capitalismo. À medida que o modo de produção vai se ampliando, abre o espaço por um lado, para a exploração de um homem sobre o outro; por outro lado, surgem os diálogos entre os explorados formando assim, os grupos de interesses. Com isso advém a formação da ideia de unidade, pertença e valoração, sobressaindo dessa relação um processo de construção identitária, cujas identidades coletivas são resultantes das dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais. Ou seja, atualmente existe uma centralidade na atuação espaço/tempo na formação dos territórios e regiões (SEQUET, 2009).

Dessa forma, conforme é ressaltado por Saquet (2009), podemos compreender que, a formação do Território Litoral Sul (TLS) da Bahia ocorreu, a saber: território que revela as contradições primárias, mas não nega as secundárias, a exemplo da riqueza e da pobreza; o território da descontinuidade temporal, espacial e linguística resultante da construção social articulada com o global e o local; a construção histórica que condiciona a identidade individual; e, a articulação do sagrado sobre as questões de posse da terra e sobre as políticas desencadeadas na Região.

Em Bonnemaïson (2002), a concepção de território é sempre diferente dentre as sociedades humanas. Isso para Perico (2009), significa afirmar que o território corresponde as identidades cujas representações se encontram nas múltiplas relações sociais, assim como a auto percepção de atribuições podendo ser observadas em várias formas de manifestações: étnica, religiosa, nacional, sexual, camponesa, proletária e no nosso caso, intimamente relacionada a um recorte do espaço: o território.

Podemos acrescentar sobre esse aspecto Madeiros (2009, p. 217), ao dizer que “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer é um espaço de identificação. O sentimento é sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois pode ser variável”. Ainda

afirma ser o território “de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e sua apropriação só acontece em um segundo momento” (MADEIROS, 2009, p 217). Ou seja,

O território é “um lugar antes de ser uma fronteira, identificado por uma rede de lugares sagrados cujas fronteiras não são linhas, mas muitas vezes constituídas por espaços vazios, sem lugar e sem habitantes. A fronteira delimita o território, marca o espaço de sobrevivência, o espaço de força. É este o espaço defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado, cuja força afetiva e simbólica é forte (HAESBAERT, 1997, apud MADEIROS, 2009, p. 218).

Nesta perspectiva, evidencia-se a relação de poder dos meios e processos de construção dos territórios instituídos. Quanto a isso, Germani (2006) ressalta as condições históricas que regulam a terra, a apropriação e revela a violência sobrepostas aos nativos e posteriormente, aos negros escravizados. Tomando essa preposição para o caso do TLS, percebemos que tais condições imprimem um movimento de retirada dos proprietários legítimos da terra e com isso, a retirada da liberdade e das condições justas de sobrevivência/vivência.

Afinal, a reflexão trazida por Germani (2006) serve como uma ilustração para falar sobre a introdução das monoculturas, sobretudo a do cacau, associadas aos municípios que compõem o TLS. Para Cerqueira e Jesus (2016), a partir de 1920 a Região produtora de cacau passou por diversas crises e vivenciou algumas alternativas de desenvolvimento, que *a priori* contemplava apenas os grandes produtores. A modernização da produção cacauceira se dava sob o viés conservador mantenedor das desigualdades sociais do campo, porém, na medida ao qual sucederam as diversas crises, a Região da cacau-cultura foi encontrando algumas formas de sobrevivência, estabelecendo novas dinâmicas na cadeia produtiva, como consequência se configuraram o acirramento das diferenças identitárias e com isso, a disputa pela terra e pela autonomia produtiva.

A maneira como ocorreu a crise instalada na Região, sobretudo com a vassoura de bruxa, intensificou ainda mais a relação de exploração da mão de obra, ativando a defesa e ampliando a concentração de riquezas de algumas pessoas pelo uso e exploração da terra. Desta forma, uma das ações no combate à pobreza e exploração da mão obra, foi a política de desenvolvimento territorial. Segundo Cerqueira e Jesus (2016), a Bahia foi um dos primeiros estados do Brasil a implementar a política de desenvolvimento territorial, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A referida intervenção impactou diretamente sobre a agricultura familiar, principalmente, em torno da abrangência do TLS, devido a ampliação do processo produtivo,

visando a supressão da importância da produção do cacau. E como exemplo pode ser citado, a valorização de cultivos alternativos como “a produção de café, o coco-da-baía, a mandioca” (CERQUEIRA & JESUS, 2016, p. 191), cupuaçu, graviola, banana, goiaba, dentre outros produtos agrícolas.

Contudo, essas atividades agrícolas, não amenizou as disputas violentas pela terra, tão pouco equalizou as forças da relação de poder, prevalecendo ainda a exploração da mão de obra, a reprodução/manutenção da pobreza e a desigualdade social. Sobre essa questão, verifica-se que, historicamente a produção de riquezas teve a sua concentração nas mãos de poucos produtores. Igualmente, na atualidade, a ação estatal não constituiu em uma ferramenta para reparar as injustiças sociais decorrente da relação de poder imposta culturalmente, pois o modelo de reestruturação produtiva e econômica do Sul da Bahia, ou melhor do TLS, incorreu prioritariamente, sobre a expansão do agronegócio, afetando as comunidades tradicionais, sobretudo, a população do campo, produzindo assim, consequências irrevogáveis sobre as necessidades culturais, sociais e no modo de produção familiar.

Não obstante, o atual modelo de desenvolvimento posto pelo TLS, está mais relacionado com o *modus operandi* do neocolonialismo do que com a ideia de melhorias de qualidade de vida. Acosta (2016), compreende esse modelo de desenvolvimento baseado no conjunto de ordem e progresso imposto pelo modelo econômico liberal, popularmente chamado na década de noventa de neoliberalismo.

Nesse contexto de ultraconservadorismo econômico surgem os assentamentos rurais, como uma configuração territorial, carregada de fenômenos sociais, políticos, culturais e geográficos, como aqueles observados por Bonnemaison (2002), Perico (2009) e Madeiros (2009)), cuja realidade do espaço ocupado, modifica aos poucos o território e as relações de poder. Dentro desse processo, observamos que os assentamentos qualificam o território como identidade, territorialidade e cultura. Logo, as relações de poder se destacam no território caracterizando a organização social e política, resultando muitas vezes em conflitos como foi detalhado por Caldart (2009), ao mostrar as tensões que existem quando se trata da distribuição e posse da terra.

Ao nos referir ao TLS, falamos de um território cujas características dominantes tem como ponto marcante a identidade, o indivíduo no seu espaço de convívio, de trabalho, no qual o sentimento de pertencimento tem as suas raízes ligadas a monocultura do cacau, herança adquirida dos seus antepassados. Tal esclarecimento leva em conta que a identidade

territorial não deve ser vista apenas pelo contexto sociocultural, mas também pelas formas de apropriação do espaço e seu modo de produção, como veremos na discussão a seguir.

Inclusão Social: Olhar dos Acampados

Para melhor ilustrar a ideia de desenvolvimento e suas contradições no interior do TLS, realizamos uma pesquisa de campo com a finalidade de perceber o processo de disputa pelo poder sobre a posse da terra. *A priori*, buscamos nas narrativas dos sujeitos assentados as contradições, permeadas entre o desenvolvimento econômico e as potencialidades exploradas, no que diz respeito aos desafios encontrados e vulnerabilidades impostas e/ou produzidas em suas vivências.

Tal pesquisa foi realizada com os acampados da Fazenda Estrela Dalva, como mostram as figuras⁵ um (1) e dois (2) abaixo elencadas. Cabe ainda informar que, para preservarmos o anonimato e a privacidade dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa, utilizaremos as letras do alfabeto para nos referir aos depoimentos dos membros do acampamento. Da mesma maneira, para separar as suas vozes das referências utilizadas, no decorrer do texto empregaremos o recuo, fonte de número dez(10) e com as falas redigidas em itálico.



Uma das primeiras impressões do grupo, foi a disputa pela terra como um tempo de embate e luta no processo de ocupação. Diante dessa observação buscamos entender as expectativas, potencialidades, vulnerabilidades e principais desafios encontrados nos grupos das famílias desses acampados. Assim, para iluminar a compreensão acerca das narrativas desses sujeitos, realizamos as entrevistas e a partir delas, a análise do discurso, a partir do conceito de poder que “não se dá, não se troca [...] só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo relação de força (FOUCAULT, 2008, p.99).

Desse modo, podemos dizer pela visão de Foucault (2008) que, os acampados, dentro da relação de poder, mantêm as mesmas rotinas sociais encontrada nas áreas urbanas, no que

⁵ Acervo particular dos pesquisadores.

diz respeito as atividades econômicas, culturais e educacionais. O que os diferencia é a concepção política de pertença e igualdade. Associado a essa articulação discursiva, como mostra Orlandi (2005), percebe-se o papel da memória, sociedade e construção da identidade desse grupo de acampados. Conforme foi nos informado pelo coordenador do acampamento, a Fazenda Estrela Dalva, tem uma área de 720 hectares e localização de difícil acesso. No processo de ocupação foram envolvidas várias famílias de diversos municípios do território cacauero, com o perfil de luta para a reforma agrária. Eram meeiros, ex-funcionários de fazendas, parceiros catadores de lixo, favelados, pobres, dentre outros.

Ao chegarmos ao acampamento, fomos bem recepcionados e tivemos a percepção que naquele dia estava ocorrendo uma atividade de confraternização entre as famílias, havendo ali um sentido mútuo de colaboração e trocas de vivências. O primeiro a nos recepcionar foi A1, do sexo masculino, aparentando aproximadamente cinquenta (50) anos de idade. Ele caminhou conosco na sede da fazenda mostrando a quantidade de barcaças (espaço reservado ao cacau) no total de oito (08) de grande porte. Apresentou também as instalações que no auge da produção da fazenda servia de moradia para as famílias dos trabalhadores rurais e atualmente, transformou-se em abrigo para os acampados.

Percebemos que havia uma grande quantidade de casas que segundo A1, abrigava cerca de oitenta (80) famílias. Ainda narra A1 que a fazenda chegou a ter em torno de trezentos (300) trabalhadores rurais. No entanto, verificamos que apesar da grande dimensão da fazenda não encontramos pastos e ao perguntar sobre a existência de criatórios bovinos ou equinos, A1 informou que, o cacau colhido na roça era transportado de “*girico com tração 4X4*”. Pela dimensão da propriedade, notamos que no passado tratava de um latifúndio cuja crise da cacau-cultura, sobretudo das duas últimas décadas, com a vassoura de bruxa, tornou-o em um espaço ocioso. Essa fazenda fica na região de Pau Brasil, local situado no TLS que tem a subsistência através da produção agrícola do cacau. O município está localizado no Sub-Território Camacan do Território Litoral Sul da Bahia onde, os conflitos de disputa pela terra estão acirrados e marcados por episódios violentos e constantes, como nos relatou A1.

Apesar das políticas estabelecidas no TLS em pautar a inclusão social através dos fluxos econômicos locais dinâmicos, da inovação na gestão pública, do uso racional dos recursos naturais e na mobilização social como dimensões que convergem para a qualidade de vida, o contexto, a partir da fazenda pesquisada denuncia a pouca eficácia da intervenção estatal.

A eficácia aqui questionada se confirma quando verificamos que no Município de Pau Brasil, de 1980 a 2010, ocorreu uma perda média de 3 mil habitantes a cada dez anos. De 1980 a 1991, a população passou de 18.776 para 16.179; de 1991 a 2000, passou de 16.179 para 13.048; e, de 2000 a 2010, saiu de 13.048 para 10.591. Não obstante, entre o ano de 2000 a 2010 a população rural saiu de 4.306 para 3.470, isso significa afirmar que por ano em média cem (100) pessoas do campo abandonam a área rural. Associado a isso, verifica pelo menos de 3.175 famílias sobrevivem com uma renda *percapita* menor que meio salário mínimo (BAIARDI; TEIXEIRA, 2010).

Após termos observado a estrutura da sede e coletado as informações iniciais, nos reportamos ao outro entrevistado, aqui chamado por B1, por ele ser um dos coordenadores do acampamento e por isso, com condições de nos explicar, como era ofertado e funcionava a educação formal das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Sobre esse aspecto temos em suas palavras o seguinte depoimento:

A educação formal aqui foi uma novela. Primeiro pressionamos o município a receber as nossas crianças que vinham de diversos lugares no meio de setembro. Segundo, foi conseguir que o carro apanhasse aqui o nosso povo. Mas, ainda não temos professores do município aqui no acampamento mesmo tendo 35 crianças. Os jovens e os mais velhos estudam EJA[Educação de Jovens e Adultos] a noite pegam o carro e vai a cidade (B1, 2018)⁶.

Nota-se com isso, que o processo de acampamento revela contradições nas quais muitos sacrifícios são feitos para que se consiga manter a luta pela terra, ao mesmo tempo, a busca de uma vida com dignidade e justiça social. Pois, mesmo tendo garantido as vagas na escola, apesar do quantitativo de crianças ser significativo, entre setembro de 2017 até a data da pesquisa, não havia o acesso dessas crianças a uma escola perto de casa. Além disso, a educação ofertada para as crianças do acampamento trazia um currículo urbano, como podemos analisar através das figuras⁷ abaixo de número três (3) e quatro (04).



A tensão produzida pelo contexto local pode revelar na educação ofertada um viés controlador. Portanto, o termo ensino, pode ser substituído pelo termo vigilância e ao tornar

⁶ Entrevista recolhida pelos pesquisadores em 15 de junho de 2018.

⁷ Acervo particular dos pesquisadores.

possível essa correlação, a articulação disciplinadora torna-se presente na construção social da escola, onde a produção de corpos submissos se traduzem como meio de controle e dominação (TRAGTENBERG, 1985). Contrário a esse tipo de educação, B1 assinala a importância de existir no acampamento um outro tipo de educação. Sobre esse aspecto nos conta que:

O processo não formal de educação é feito por nós mesmos, em especial, com as crianças e jovens. Cirandas, transformamos algumas lidas na roças em aulas práticas (B1, 2019)⁸

Percebe-se nesse processo um ato reflexivo sobre a prática educativa o trabalho e a natureza, com viés emancipatório. A ênfase que B1 empregou sobre a educação não formal, nos levou a entender que, essa educação não formal recebida dentro da área do acampamento, trata-se de uma alternativa em opor a educação obrigatória ofertada na cidade. A forma como se delineou a oferta dessa educação não formal para as trinta e cinco (35) crianças, tem muito a ver com processo de ocupação da terra que segundo C1, outro entrevistado e articulador das ações do acampamento, decorre em saber que,

[...] a terra ainda está em processo de conquista. Nós a ocupamos no dia 07 de setembro, com cerca de 100 a 120 famílias. Era uma propriedade abandonada, uma propriedade vítima do processo, mesmo, de ignorância de como o latifúndio trata a terra, dizimada, vítima de exploração, devastação, derrubada de árvores, queimada, além do uso excessivo de agroquímica. Nós hoje estamos aqui depois de um acordo com o proprietário, junto ao INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], com a presença do ouvidor nacional do INCRA. Só que depois que nós zelamos, cuidamos e limpamos, roçamos o equivalente a cerca de 200 estádio de futebol, o dono hoje se coloca na condição de querer a reintegração de posse, mas a decisão do povo é de resistir. Estamos aqui resistindo até o dia de hoje (C1, 2018)⁹.

C1 expõe que, dentro da finalidade da conquista da terra, ocorreu o processo de agrupamento e ocupação da fazenda, nascendo então um acordo bilateral assinado entre proprietário e ocupantes do latifúndio. No entanto, o proprietário na atualidade demonstra não ter interesse em cumprir o acordado, por perceber que a propriedade recuperou uma fração da capacidade produtiva. Desta forma, um dos principais desafios do grupo de famílias acampadas é o de permanecer nessa terra.

Associado a isso, percebemos nessa relação de desacordo uma contradição resultante como mostra Germai (2006), da própria exploração de mão obra existente no sistema capitalista. Basta analisar que se a fazenda teve a sua reestruturação a partir do trabalho dos

⁸ Entrevista recolhida pelos pesquisadores em 15 de junho de 2018

⁹ Entrevista recolhida pelos pesquisadores em 15 de junho de 2018

assentados, logo, esse espaço deve ficar com eles e não com quem era o dono do local e deixou a terra improdutiva. Levando em consideração os marcos históricos ou legais de regulação e ocupação da terra, suscitamos a questão a quem pertence a terra? Qual a função primária da terra? Dentro da lógica de sobrevivência, sobretudo, da lógica presente nos objetivos dos Territórios de Identidades, a função da terra seria a de promover a sobrevivência/existência, tendo em vista a justiça social e a reparação de danos, oriundos de um processo histórico de ocupação das terras por métodos violentos e exploração da mão de obra escrava.

No entanto, tal realidade está longe de ser alcançada, pois foi possível dentro da narrativa de C1 compreender que para os meios de produção ser utilizados dentro do plantio e cultivo da terra, torna-se uma tarefa árdua, pois os acampados, além de concorrer (de forma desleal) com a indústria do agronegócio, ainda para evitar pragas nas colheitas, utilizam os agrotóxicos sem realização de um estudo ou plano de controle dos impactos gerados para o meio ambiente e à saúde do trabalhador rural e do consumidor. Um dos fatores é o não cumprimento do tempo de carência dos efeitos dos produtos químicos na cadeia produtiva.

C1 ainda evidenciou a ausência do controle e manejo das espécies nativas e área de cobertura da vegetação no sistema de cabruca, conforme regulação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e orientações técnicas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) sob o viés da discussão em torno da produção sustentável e da agroecologia. Ao levantar as dificuldades em torno do processo de conquista da terra, principalmente, na fase de ocupação, C1 assinala que:

É a questão da, de como os movimentos sociais se perderam ao longo da história. É, é a maior dificuldade é o impedimento é uma sociedade (pausa) morta, do ponto de vista da luta ninguém quer lutar, as pessoas querem que tudo venha de mãos beijadas. Há uma ignorância dos movimentos sociais em ter se rendido ao sistema e participar de governos, governos burgueses. Para nós a burguesia nos atrapalha, não tem a compreensão e o proletário que se torna operário do sistema que vira um pequeno burguês, vira nosso inimigo. Então nós estamos aqui com a dificuldade de assistência jurídica, um momento em que o judiciário criminaliza o movimento sociais. Num momento em que a esquerda está mais preocupada com o poder político do que de fato com o poder estratégico que é garantir a terra, o trabalho e o bem viver ao povo, a classe trabalhadora. Mas a mensagem é de resistência (C1, 2018)¹⁰.

A fala revela as questões que circundam as lutas pela terra. Do ponto de vista dos movimentos civis organizados, os interesses dos movimentos sociais dialogam com o interesse dos trabalhadores do campo que, por sua vez, sonham com a terra para garantir a

¹⁰ Entrevista recolhida pelos pesquisadores em 15 de junho de 2018.

subsistência/existência. Mas, a narrativa do acampado traz para o cenário real as contradições dos movimentos sociais na luta pela conquista da terra. Navarro (1981), descreve essa contradição ao apontar a Liga Campesina, como um resultado da união das lutas, mas, ao mesmo tempo, mostra que, na medida ao qual cresce o compartilhamento do acampados, em busca dos mesmos objetivos; o governo, fragmenta os ideais defendido pela categoria, um desses ideais é o princípio de uma educação formal voltada para o campo. Para C1,

[...] o principal desafio para manter a luta da terra é (pausa longa) é a frente de massa. Nosso povo foi levado a um processo de alienação desde a década de 30 que a ideia que o campo é lugar ruim, o campo é um lugar de Jeca. Então as pessoas têm a roça, vamos dizer assim, o campo como lugar ruim que não pode se viver. Além do mais, com o advento dos governos progressistas, houve uma doce ilusão de se voltar para a cidade por uma questão momentânea de pleno emprego e o processo da terra, de luta pela terra fica prejudicado. Além do que eu já coloquei antes, onde os governos cooptaram as lideranças do povo que, também, foram cooptados pela ideia do parlamento, de certo que hoje nós não temos facilidade para manter a luta pela terra. Mas ainda existe os movimentos, as articulações e aqui a gente tem a referência da Teia dos Povos que tem trabalhado um processo de educação e inovação tecnológica, pública e contextualiza e tem nos trazido a voltar a fazer as coisas simples, aquilo que nossos ancestrais nos deixou como maior riqueza, nosso patrimônio imaterial.

Essa fala ilustra os dados encontrados no censo demográfico no período de 2000 a 2010, onde por ano, cerca de 100 habitantes abandonam o campo do município de Pau Brasil (IBGE, 2018, *online*). Esse dado é preocupante, e vários são os motivos que levam o homem a sair do campo em tão grande proporção. C1 pontuou muito a visão estereotipada da vida do campo, como lugar do atraso. Mais preocupante que os motivos de sair do campo, são as consequências de sair do campo e ir para os centros urbanos.

E se analisarmos de forma mais ampla, o vetor do êxodo rural não se resume a sair do campo de Pau Brasil e se alocar em outro município do TLS, na verdade, o êxodo é mais complexo e compreende uma crise estrutural, cujo impacto condiciona os sujeitos do campo a procurar os centros urbanos, como as cidades da Região Sudeste do País e muitas vezes a capital baiana. Nesses espaços acabam sucumbidos pelo desemprego ou subempregos, falta de escolas e a busca pela sobrevivência.

Ficou claro também, que a luta é de resistência e ressignificação. Ressignificação sustentada por um modelo de desenvolvimento do homem e seus meios de produção. Daí as parcerias e trocas de experiências, sobre esse aspecto, C1 traz essa parceria na figura dos “Povos da Teia”. A Teia se confunde com a ideia de movimento e espaço, onde se encontram vários sujeitos e lutas com objetivos de classe, compartilhando os princípios de justiça e reparação social, igualdade de condições de trabalho, sustentabilidade e qualidade de vida.

Sendo assim, uma maneira de desconstruir o estereótipo criado em torno da vida do homem do campo é tornar a terra produtiva. A produtividade da terra torna-se um desafio para qualquer produtor rural, sobretudo, os produtores da agricultura familiar. Quanto a isso, C1 destaca que:

A terra está muito maltratada. Essa área aqui tem mais de 20 anos que passou por um processo (pausa) de trato cultural. Então o maior desafio são insumos, os suplementos, por que a gente dá garantia do trabalho braçal, né, a força do trabalho. Mas tem alguns parceiros, né, o Instituto ECOBAHIA, a Teia dos Povos tem nos ajudado com as mudas e nós estamos no processo agora de roçagem e limpeza, recuperando o cacau em manejo do sistema agroflorestal.

Dessa maneira, percebemos que, mesmo na condição de acampados, a ideia de desenvolvimento tem um direcionamento de parceria, seja ela com outras experiências exitosas, seja ela com a comunidade, ou então, entre os próprios pares do acampamento. A compreensão de desenvolvimento para os acampados está ligada as questões da cadeia produtiva, associada a qualidade de vida, a sustentabilidade e a justiça social. De igual modo, percebemos que no acampamento, as principais articulações políticas são mediadas pelo Povos da Teia e os coordenadores do acampamento. No decorrer da entrevista sentimos a necessidade de saber como se dava a construção e manutenção da identidade naquele acampamento e quais eram os desafios encontrados? Essa questão, segundo C1, ocorre

[...] criando o grupo de jovens, grupo de mulheres, criando a questão de área de pesquisa (pausa). É focando no processo de restauração florestal. Mas, também, que as pessoas tenham relação com todo o processo, se sinta parte da terra, parte da água, parte do ar. Trabalhamos a questão da cultura e da contracultura do latifúndio, a questão do individualismo e estamos buscando um processo de cooperação, ainda não de cooperativa, mas de cooperação. Sabemos que a sociedade toda está no vício de resolver o seu problema, na sua hora, no seu tempo e nós temos irmanados, aqui num processo que se deu com a maioria das famílias de Pau Brasil. Trabalhando a cultura, trabalhando a memória, trabalhando os costumes e as tradições.

Percebemos a articulação muito forte com a questão de Território de Identidade dialogando com a ideia do desenvolvimento da cadeia produtiva, associada à qualidade de vida e a própria memória do grupo. Verificamos nessa fala a construção social do cotidiano associada a ideia da formação do homem pelo trabalho. Formação *omnilateral* se opõe a formação unilateral, que aliena o homem ao trabalho e divide as classes sociais (FRIGOTO, 2012). Para C1, as maiores dificuldades em manter o acampamento na linha do desenvolvimento gira em torno da infraestrutura, política de incentivo e demarcação. Em suas palavras:

O maior desafio de manter uma ideia de desenvolvimento, na minha humilde opinião é a maneira insalubre em que [pequena pausa] o sistema, o Estado trata o

campo. Nós não temos estradas, não temos apoio, não temos internet, não há um investimento no homem do campo porque sem o campo a cidade não janta. Mas, mesmo sabendo de tudo isso, no dia que fazer uma política séria a favor da demarcação das terras indígenas, a favor da reforma agrária, a favor da demarcação dos quilombos, porque a terra para nós tem muito mais do que um valor econômico, muito mais que um valor monetário. A terra para nós é [pequena pausa] o nosso direito à vida, nosso direito à liberdade, onde cultivamos a nossa tradição. Então, não há investimento no campo, não há políticas agrárias sérias para o desenvolvimento, não priorizam o setor rural, principalmente a agricultura familiar e os povos das comunidades tradicionais, para que a gente possa investir na produção e melhorar a produção brasileira, mas mesmo assim, entre os troncos e barrancos, [pausa] o povo continua na luta!

A ideia compartilhada no acampamento é do desenvolvimento social indissociável da qualidade de vida, da formação humana, mas acima de tudo do respeito a terra e ao campo.

Nós aqui trabalhamos com a ideia da inclusão produtiva num processo, num trabalho que liberte, nada de trabalho escravo. O processo é [pausa longa] no coletivo, aqui colhe, cuida e zela. Trabalhamos, também, a questão de que as pessoas passem a valorizar a terra, o território, criando (C1, 2018)¹¹.

Existe uma preocupação em trabalhar com a ideia da agroecologia, ainda foi revelado a aproximação com a Teia dos Povos, cuja filosofia está ligada a inclusão, convergindo com a ideia de luta de classe. Quanto a isso, notamos a experiência de desenvolvimento no Assentamento Terra Vista, cujo vetor está ligado as potencialidades da propriedade e usos, mesmo que de forma precária, dos recursos naturais, sem perder de vista, a dimensão humana, sobretudo no que tange a inclusão social, no processo produtivo.

Considerações Finais

Com o presente trabalho notamos que, a luta pela terra em todas as fases constitui um desafio muito grande, haja vista, a conjuntura posta ao longo da história para regular o acesso e uso das terras. Observamos ainda que, sob a ideia do atraso regional, associado à monocultura, a concentração de grandes medidas de terras é um dos interesses do agronegócio, que traz como consequência a evasão em massa da população rural do campo.

O desenvolvimento no movimento social, está muito ligada a inclusão social e desenvolvimento sustentável tendo um dos pilares, a luta pelo acesso à terra e ao território. Porém, a crise do cacau abriu espaço para o contexto das ocupações e conquistas das terras. Nesse sentido, a crise que teve como plano de fundo a vassoura de bruxa, criou um espaço de remodelamento da Região e, conseqüentemente, a instituição TLS. Essa crise, para além de

¹¹ Entrevista recolhida pelos pesquisadores em 15 de junho de 2018.

acelerar a expulsão em massa dos trabalhadores do campo, significou contraditoriamente, a oportunidade através de meios alternativos, via organização dos movimentos sociais, as ocupações das terras e dos territórios, através das lutas dessas famílias investigadas.

Assim essas famílias foram transformadas em acampadas, aguardando o processo de finalização das desapropriações dessas terras, o que tem perdurado por décadas, após o ingresso de ações no poder judiciários. As famílias, ao ocuparem a terra, buscam construir as condições básicas de sobrevivência e da vida pelo trabalho, laçam mão de técnicas de cultivos e da produção de alimentos baseados na ciência da agroecologia e resgate das sementes crioulas. Tem foco na produção integrada de pequenos animais, no reaproveitamento dos resíduos, na busca de uma escola que tenha como norte a educação do campo e seus princípios.

Essas famílias, por um lado, além da conquista da terra, extrapolam a visão do trabalho como elemento de transformação e geração de cultura do bem viver. Por outro lado, os fazendeiros, os latifundiários, com o acúmulo de riquezas ao logo do tempo, ao perceberem a redução de pelo menos $\frac{3}{4}$ da produção cacaueteira e se verem falidos, contra-atacaram os movimentos sociais, tentando barrar e para tal, desmitificaram o não abandono das terras, implantando novos cultivos ou a substituição das áreas produtivas por pastagens; além de buscarem empreendimentos na área urbana, ao arrendarem as suas terras. Dessa maneira, fortaleceram algumas resistências, que foi desde a força do Estados – Governos até a utilização de forças extras oficiais – mas, sem deixar elementos que servissem de prova judicial, a não ser as falas dos acampados-; com isso mantem a força as terras abandonadas.

Embora as lutas permaneçam até os dias atuais, contudo, assim, assinalamos que os principais desafios para se manter terra, na verdade constitui resultado da ausência de ações políticas de reforma agrária, a aplicação das leis que permitam e assegurem o acesso a terra, aonde a vida seja mais valorizada que a propriedade privada. Outro aspecto que corrobora é a morosidade dos processos legais, violentando as famílias nos acampamentos que se estende de uma a duas décadas. Portanto, os movimentos sociais enquanto perdurarem estas contradições, seguem em luta, pela garantia da vida e da soberania alimentar, através do acesso à terra e ao território.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. BRENDA, Tadeu (trad.). Rio de Janeiro: Elefante. 2016.

BAIARDI, Amílcar; TEIXEIRA, Francisco. **O desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia**: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufba.br/arquivos/desenvolvimento.pdf>>. Acessado em: 03 de julho de 2018

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni. (ORG.). **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2002.

CALDART, Roseli, Salete. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso. (2009). Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>. Acessado em: 23 de maio 2018.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; JESUS, Clesio Marcelino de. O Território Litoral Sul. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza. (ORG). **As Políticas Territoriais Rurais e a Articulação Governo Estadual e Federal**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: IPEA, 2016.

FREITAS, Hingryd Inácio de; SAMPAIO, José Levi Furtado; GERMANI, Guiomar Inez. **Reforma agrária, assentamentos rurais e processo de territorialização no Litoral Sul da Bahia**. (2017). Disponível em: < <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/>>. Acessado em 26 de junho de 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. (trad.). São Paulo: Loyola, 3 ed. 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: 26º ed. Graal, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete. et. al. (org). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. (2006). Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_condicoeshistoricassociaacessoterra_0.pdf>. Acessado em: 19 de junho.

IBGE. **Cidades** (2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pau-brasil/panorama>. Acessado em 03 de abril de 2019.

MADEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NAVARRO, Zander S, Movimentos rurais no Sudoeste da Bahia (1981). **Cadernos do CEAS**, nº 85.

ORLANDI, Eni Pulnelli. **Análise do discurso**: procedimentos e princípios. 6 ed. Campinas; SP: Pontes, 2005.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e Território no Brasil**. SOUTO, Maria Verônica Morais. (trad). Brasília: Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SIPÓSITO, Eliseu Savério. (org). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

(TRAGTENBERG, Maurício. **Relações de poder na escola**. (1985). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/v1n4/a21v1n4.pdf>>. Acessado em: 12 de abril de 2018.